

ESTADO E DEMOCRACIA: PERSPECTIVAS DE UM BRASIL ATUAL

Maria Suzie de Oliveira¹

Resumo: O presente trabalho procura mostrar, a situação brasileira atual diante das últimas escolhas e motivações sociais as quais originaram o dismantelo político recente e, conseqüentemente o desmanche dos direitos, deveres e garantias. Direito de ser quem somos; o dever de cumprir o que de fato deve ser orientado e, a garantia de que tudo venha a manter a perfeita ordem. "O Estado sou eu", já dizia Luiz XIV, rei da França. E, lembrando o passado, vê-se o presente desenhar o futuro sobre um domínio estatal desenfreado e grotesco. A democracia envolta à corrupção e à imposição de uma cartilha já em desuso ou ainda, inaceitável em meio ao bom senso comum. Pois ao Estado moderno não cabe regressão, mas progresso. Sendo assim, o respeito à Constituição e, acima de tudo, à valorização do indivíduo enquanto máquina motriz, para o desenvolvimento de uma nação.

Palavras-chave: Estado, democracia, política, ditadura, Brasil.

Abstract: This article seeks the current Brazilian situation in the face of the latest social choices and motivations, which led to recent political dismantling and, consequently, the dismantling of rights, duties and guarantees. Right to be who we are; the duty to fulfill what is in fact to be guided, and the guarantee that everything will maintain the perfect order. "I am the State," said Louis XIV, King of France. And, remembering the past, we see the present drawing the future on an unbridled and grotesque state dominion. Democracy is involved in corruption and the imposition of a book that is already in disuse or even unacceptable in common sense. For to the modern state there is no regression, but progress. Thus, respect for the Constitution and, above all, the valuation of the individual as a driving machine, for the development of a nation.

Key words: State, democracy, politics, dictatorship, Brazil.

¹ Bacharel em Biblioteconomia, pela Universidade Federal de Alagoas. Especialista em Saúde e Segurança do Trabalho, pela Verbo Educacional; MBA em Gestão de Pessoas, pela Faculdade Joaquim Nabuco. E-mail para contato: mariasuzie83@gmail.com

Introdução

O Estado compreende basicamente três funções: a elaboração das leis; a administração dos serviços públicos e execução da legislação; o julgamento e a aplicação legislativa, quando as leis não estiverem sendo devidamente cumpridas. Weber (1974) afirmou que o Estado podia ser caracterizado por dois elementos principais: o aparato administrativo destinado à prestação de serviços e o exercício do monopólio legítimo da força.

Mas não é o que se vê. O aparato administrativo não deveria apenas carregar a economia nas costas, mas acima de tudo, gerir uma nação enquanto um complexo de direitos e deveres a serem fornecidos por meio da justiça e equidade social.

Quanto ao monopólio, tem-se a coerção no intuito de gerar obediência a determinadas leis e regras. Contudo, sem aniquilar o direito de ir, vir e existir do povo. Trata-se de uma exclusividade legal do Estado, mas não uma forma de impor uma soberania ditatorial e equívoca.

Atualmente há um descompasso em favor do atraso. A militância dos grupos sociais, parece que perdeu as forças diante da atual conjuntura. Grupos isolados; seres armados. O poder é exercido de fato.

Porém a obediência nada se relaciona à coerção obrigatória e punitiva no sentido de impor algo que não convém. Retirar direitos, sugerir situações políticas que beiram o ridículo ou retomar o passado com atitudes descabidas no intuito de resgatar uma sociedade utópica, que nunca existiu é, no mínimo, inaceitável.

Voltando ao século XX, com a proliferação das democracias liberais, aparecia também a chamada ditadura. Forma de governo que se apresentou de maneiras distintas, através da História: umas, com grande adesão da população; outras legitimadas por alguns grupos e classes sociais; outras ainda comandadas por militares etc. As ditaduras tiveram origem a partir do aprofundamento de crises sociais e políticas, determinadas por fatores relacionados à História específica daquelas sociedades, conjugados com aspectos relacionados à conjuntura externa.

Diante disto, retomamos à cidadania política, enquanto processo democratizador para a derrocada da ditadura. Ou seja, se há cidadania, há liberdade, há um sistema de participação social. Logo, a cidadania política remete à ideia do direito, consciente, que o cidadão tem de eleger seus representantes.

Somente 25 anos após o golpe militar de 1964, que no ano de 1989, o povo brasileiro finalmente, voltou a exercer o direito ao sufrágio na escolha de um presidente da República. É certo que o atual governo federal foi eleito de forma democrática, mas por uma população presa a padrões não exatamente conservadores, mas completamente alienados por uma campanha medíocre, hipócrita e repleta de ódio e violência. Na conjuntura brasileira atual, não necessitamos de uma nova ditadura, ou melhor, nunca lhe foi solicitada, com o objetivo de impor a desordem na casa, pois é este o papel de um governo ditatorial; ao contrário, o que o País precisa é de uma gestão que acolha todas as necessidades sociais, dos diversos grupos, principalmente os marginalizados pela própria sociedade, de forma pacífica e democrática.

Caberá a nós, brasileiros, exigir que nossos direitos sejam preservados para que, em um futuro próximo, possamos aprender com os erros contínuos ao longo da História político-social do País.

O que é democracia?

Não existe uma resposta óbvia e direta quanto ao conceito de democracia, mas que pode ser definida sob diversos aspectos. A democracia não acontece porque algo está escrito num pedaço de papel, mas está, acima de tudo, na cultura e no pensamento da sociedade.

O conceito de democracia é dinâmico, em constante aperfeiçoamento, sendo válido dizer que nunca foi plenamente alcançado; se enriqueceu com o passar do tempo e das lutas sociais, sempre impulsionada pela aspiração do homem na progressão para a liberdade. Entretanto, o princípio democrático não elimina a existência das estruturas de domínio, mas implica uma forma de organização daquele.

Democracia é o termo que caracteriza o regime político contemporâneo da maioria dos países ocidentais. Trata-se de um conceito tão importante quanto complexo, cujo significado atual se originou de várias fontes históricas e se desenvolveu ao longo de milhares de anos. O termo pode ser utilizado para designar tanto um ideal quanto regimes políticos reais que estão consideravelmente aquém daquele ideal. Mas uma das formas de compreender o seu significado é olhar para a maneira com que o conceito de democracia se transformou e se desenvolveu historicamente.

A liberdade individual e a igualdade de condições são consideradas os principais valores democráticos no pensamento político moderno e são vistos em oposição às formas absolutistas e ditatoriais de governo.

O estado democrático é concebido com o objetivo de garantir certos direitos fundamentais à cidadania, geralmente divididos em direitos civis, políticos e sociais. Entre os direitos civis estão a liberdade de expressão, de imprensa, de associação e de reunião e proteção contra a prisão arbitrária. Os direitos de votar e de ser eleito para um cargo no governo são exemplos de direitos políticos. Já os direitos sociais são aqueles relacionados à educação, saúde, alimentação, moradia, transporte, segurança, lazer etc.

Nos últimos séculos, a luta por democracia nas nações modernas tem-se dado no âmbito da conquista, garantia, universalização e ampliação dos direitos civis, políticos e sociais.

No pensamento político e nos regimes contemporâneos, pensa-se a democracia menos em termos ideológicos e mais no seu sentido formal, ou seja, como um conjunto de instituições, direitos e práticas que garantem um determinado processo para a tomada de decisões coletivas.

Nos dizeres de Paulo Bonavides:

Variam, pois, de maneira considerável, as posições doutrinárias acerca do que legitimamente se há de entender por democracia. Afigura-se-nos, porém que substancial parte dessas dúvidas se dissipariam, se atentássemos na profunda e genial definição lincolniana de democracia: governo do povo, para o povo, pelo povo. (2002, p.16).

A democracia foi proclamada como um dos direitos universais e fundamentais do homem, como um regime político em que o poder repousa na vontade do povo, sendo então, reconhecida a sua importância. E o regime político traçado na constituição brasileira de 1988 funda-se no princípio democrático, servindo como um dos alicerces que propiciam a manutenção e o desenvolvimento do Estado Democrático de Direito.

É o governo no qual o poder e a responsabilidade cívica são exercidos por todos os cidadãos, diretamente ou através dos seus representantes livremente eleitos. É um conjunto de princípios e práticas que protegem a liberdade humana; é a institucionalização da liberdade. E baseia-se nos princípios do governo da maioria associados aos direitos individuais e das minorias. Todas as democracias, embora respeitem a vontade da maioria, protegem escrupulosamente os direitos fundamentais dos indivíduos e das minorias.

As sociedades democráticas estão empenhadas nos valores da tolerância, da cooperação e do compromisso. Porém, como justificar os correntes ataques à liberdade alheia do atual governo brasileiro? Privar ou simplesmente condenar um indivíduo de seus direitos e autonomia para decidir o que melhor lhe convém, nada mais é do que desviar o sujeito de suas vertentes sociológicas e filosóficas, provocando-lhes a dúvida quanto ao que é certo ou errado, principalmente se tal indivíduo for desprovido de conhecimento e discernimento.

De acordo com O'Donnell (1992), a democracia está consolidada quando existe um “consenso processual” mínimo com relação às instituições poliárquicas, quais sejam, o voto secreto, o sufrágio universal, eleições regulares, competição partidária, acesso e reconhecimento das associações e accountability do Executivo.

Nesta definição processual, a democratização das relações sociais, para além da esfera política, não é condição, mas consequência eventual do funcionamento habitual e do fortalecimento das instituições poliárquicas.

Poliarquia é uma noção que deriva da língua grega e que se refere ao governo desenvolvido por muitas pessoas. Devido a esta amplitude do seu significado etimológico, o termo é usado de diversas formas.

No seu sentido mais amplo, pode-se associar a poliarquia à democracia, que é o governo do povo: dado que o povo implica a totalidade das pessoas (isto é, é formado por muitas pessoas), se este exerce o governo, pode-se dizer que é uma poliarquia.

Mais de um século depois da proclamação da República, as dificuldades e interrupções na estabilidade da democracia no Brasil têm sido inúmeras e as justificativas as mais variadas possíveis. Considerando que o país tem, historicamente, experimentado períodos de democracia e autoritarismo, torna-se importante examinar os indicadores específicos relacionados à atitude do povo quanto à valorização da democracia como ideia normativa.

Democracia x ditadura: a liberdade em questão.

A ditadura começa a partir do momento em que a liberdade é fracionada e os direitos são mesquinhos diante do livre arbítrio concedido à humanidade ainda em sua criação. Impor condições severas aquilo que não cabe questionar é deveras ignorância. O mais cruel do que está acontecendo no País, atualmente, é, sem dúvida, a censura desnecessária até mesmo à educação. Livros, professores, saberes confiscados, criticados e banidos da função maior que é o ensinar. Levar conhecimento e cultura em todos os aspectos, vem tornando-se pecaminoso para um grupo totalmente desprovido de caráter.

O mundo contemporâneo apagou a ditadura constitucional de seu imaginário político, embora ainda continuem abundantes as situações de exceção. O que se tem hoje são exemplos de ditaduras soberanas que se autoproclamam “democracias”, apesar de o poder estar concentrado num líder que estabelece sua linha de sucessão dentro de corporações extremamente hierárquicas, sejam militares ou partidárias – chegando ao extremo, às vezes, de se realizarem as escolhas seguindo laços de sangue. No Brasil, já é possível voltar a ver esta situação. Tais ditaduras obscurecem o verdadeiro caráter da política, da mesma forma que o fazem as democracias degradadas.

A situação brasileira vem sendo alvo de críticas; e com razão. O desejo de participação e liberdade nos cenários atuais, integra a busca por transformações da sociedade brasileira. Por isso, nesse momento de tantas angústias e incertezas, de apologias oportunistas realizadas pela direita pela volta da ditadura militar, deveremos ser capazes de não nos deixar envolver pelo individualismo e buscar construir caminhos para a igualdade de direitos e deveres, contemplando os sujeitos históricos das lutas sociais.

E mesmo depois de anos após o regime militar, o medo e o terror voltaram a marcar presença diária, a organizações e a grupos políticos de esquerda. Cassações de mandatos, expurgos no serviço público, listas negras incentivadas por delatores, anulação dos direitos aos grupos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT), além da intervenção em sindicatos e associações.

Antes, a intervenção político-militar dos anos 1960, representou a ruptura dramática institucional na sociedade brasileira. E agora? O que esperar desta nova conjuntura? Decisões, determinações arcaicas são levadas em questão no plenário, senado, malfadado. Nada menos do que a retirada de conteúdos educacionais dos livros escolares e a vigilância aos professores, chega a soar ridículo por parte do atual governo ou seria desgoverno?

O que cabe aqui é a inteira preocupação diante dos fatos e o que virá pela frente. Anos de luta para alçarmos voo à liberdade, à democracia. E o que nos acontece é a chegada do retrocesso, onde o desconhecer fala mais alto; onde a hipocrisia corre solta e a corrupção tão propagada e descarada, alimenta a fé no pior.

A defesa da liberdade, da autonomia, não deve fazer esquecer que a principal fonte de legitimidade da política, e o seu fim, é o bem comum, e não a soma de interesses particulares ditados pela regra da maioria, por meio de eleições muitas vezes demagógicas e manipuladas pelos meios de comunicação de massa. Nunca se deve esquecer que a cidadania demandada para o exercício de qualquer sistema eleitoral é uma cidadania mínima, por estar baseada apenas na soma de interesses individuais que podem perfeitamente ser atendidos sem manter qualquer vínculo

com o bem comum. Em sentido estrito, na época atual, uma simples democracia representativa não produzirá uma cidadania voltada para o bem comum, uma vez que ela tende a gerar muito mais a ditadura da regra da maioria.

O que se vive no Brasil é a chamada “democracia imperfeita”, ou seja, há o poder limitado da população de monitorar e influenciar as decisões do governo, a corrupção elevada e a desigualdade social ainda alta limita os direitos de parte da população. Democracia não são só instituições democráticas em funcionamento formal. Mas toda uma sociedade com poderes de determinar com o que lhe mais aprouver em termos de direitos e garantias fundamentais, assim como reza a Constituição de 1988.

A democracia e o neoliberalismo: a história política recente do Brasil.

O Estado é providência, de pleno emprego, altos salários e plenos direitos para todos os indivíduos, caracterizado pela democracia com o regime governamental, com partidos políticos representativos, inclusive dos trabalhadores, em defesa do bem-estar social.

Porém, em um mundo neoliberal, onde o desejo dos capitalistas é o de privatizar e flexibilizar ao máximo as relações de trabalho, com a finalidade do acúmulo de capital, o que esperar de um País emergente à beira de um colapso político-social e com um representante determinado a levar tais questões a fundo e a ferro?

“O Neoliberalismo é a resposta à crise do capitalismo decorrente da expansão da intervenção do Estado” (OLIVEIRA, 2011). Lutar contra o neoliberalismo é, ao mesmo tempo, lutar pela democracia; e o Estado neoliberal distanciou-se das causas sociais.

No Brasil, avançam juntos o golpe contra a democracia e a restauração do modelo neoliberal. O golpe, de mestre, arquiteto pelo atual governo deixou claro que seu objetivo estratégico é a retomada do modelo neoliberal, a promoção da hegemonia inquestionada do capital financeiro, a intensificação da exploração dos

trabalhadores, o corte drástico das políticas sociais e a privatização do patrimônio público. Logo, a ruptura da democracia.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida por meio de estudos bibliográficos, baseados em livros e periódicos científicos e nos autores/pesquisadores que discutem a temática.

Resultados

Segundo o porta-voz da Presidência da República, Barros:

O presidente não considera 31 de março de 1964 um golpe militar. Ele considera que a sociedade, reunida e percebendo o perigo que o país estava vivenciando naquele momento, juntou-se, civis e militares, e nós conseguimos recuperar e recolocar o nosso país em um rumo que, salvo o melhor juízo, se isso não tivesse ocorrido, hoje nós estaríamos tendo algum tipo de governo aqui que não seria bom para ninguém.

O que dizer de um governo que massacra e condena todo tipo de ação em prol da sociedade, mas glorifica tempos de sofrimento e terror, conhecidos por toda uma nação brasileira e lamentada ao redor do mundo como uma das maiores atrocidades já impostas e vividas, fria e cruelmente?

As eleições atuais representaram um golpe majoritário por meio de protagonistas que representam as facções duras das forças armadas e o empresariado nacional com o decidido apoio e o incentivo de uma verdadeira massa neonazista formada por Protestantes desinformados. Comportamentos, gestos e declarações de lideranças progressistas contribuíram para o agravamento do processo político.

Assim, em meio ao alarmismo do atual presidente forjado pelas vias conservadoras, entre gestos e declarações de lideranças e o radicalismo verbal tiveram o efeito inesperado de unificar a direita civil e militar. Pois então, a história se repete.

É preciso ressaltar que quem planejou e desencadeou o golpe contra a democracia foram as classes dominantes através de suas forças políticas e entidades de classe. Os setores conservadores e liberais da sociedade se manifestaram e, assim permanecem relutantemente contrários, às liberdades políticas e sociais, principalmente das classes populares e dos trabalhadores.

Desde os primórdios que existe a chamada hegemonia militar. O poderio da bomba aliado à ganância capitalista, destruindo as organizações políticas e reprimindo os movimentos sociais. E o mais espantoso é perceber que a população, ainda, encontra-se tão passiva quanto aos atuais acontecimentos, quanto a sua falta de conhecimento e eterna ignorância.

Considerações finais

Diante do exposto, resta clara a importância do princípio democrático como valor fundamental da pessoa humana, na medida em que o cidadão é sujeito de direitos e obrigações criados pelo Estado, devendo, assim, ter meios de poder influir no processo de organização e de manutenção do ente estatal.

Justamente nesse ponto é que salta aos olhos a importância do sistema adotado pelo Estado, na medida em que é recomendável que o cidadão participe efetivamente da decisão política, sem intermediário, pois quanto maior é o envolvimento da pessoa na tomada de decisões, maior é o seu comprometimento com os resultados e com as proposições de melhorias.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Plauto Faraco de. **Direito, justiça social e neoliberalismo**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1999.

BOLSONARO comemora ditadura brutal: Human Rights Watch sobre determinação para aniversário do golpe de 64. Disponível em: <<http://https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/27/bolsonaro-comemora-ditadura-brutal-diz-human-rights-watch-sobre-determinacao-para-aniversario-do-golpe-de-64.ghtml>> Acesso: 30 abr.2019.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência e política**. 10 ed., São Paulo: Malheiros, 2002.

HADDAD, Fernando. **Desorganizando o consenso**: nove entrevistas com intelectuais à esquerda. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

O'DONNELL, Guillermo. **Delegative democracy**. Kellogg Institute Working Papers, nº 192, 1992.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de.; COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. **Sociologia para jovens do século XXI**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013.

OLIVEIRA, Maria Suzie de. **A ética no terceiro setor e o novo liberalismo**. Clube de Autores, 2011.

PAIVA, Denise et al. **As percepções sobre democracia, cidadania e direitos**. Disponível em: <[https:// http://www.scielo.br/pdf/op/v10n2/22022.pdf](https://http://www.scielo.br/pdf/op/v10n2/22022.pdf)> Acesso: 28 jan. 2019. 9p.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, v.24, n.47, 2004.

ZANETTI, Bruno Marco. **Democracia**. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br>. Acesso: 28 jan. 2019. 13p.

Recebido em 28/01/2019

Versão corrigida recebida em 03/04/2019

Aceito em 15/05/2019

Publicado online em 31/08/2019